



Programa Ações Afirmativas na UFMG – Brasil: uma estratégia de resistência negra na diáspora africana¹

Nilma Lino Gomes²

Nos últimos anos, temos assistido a um aumento de debates e discussões que trazem uma outra reflexão sobre as desigualdades sociais. A constatação de que o Brasil padece de um processo de crescimento da pobreza e da desigualdade social tem sido acrescida de mais uma lamentável conclusão: a de que as desigualdades sociais caminham lado a lado com as desigualdades raciais. Essa realidade é considerada inaceitável por aqueles que lutam pela democracia.

Dessa forma, aos poucos, começam a se tornar mais intensas a mobilização e organização da sociedade civil, exigindo e propondo mudanças sociais e políticas públicas eficazes que visem a corrigir toda forma de desigualdade no país,

¹ O presente texto é uma versão revisada e ampliada de um ensaio anterior, publicado pelo INEP, em 2003, o qual se encontra citado nas referências bibliográficas.

² Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFMG. Doutora em Antropologia Social/USP, coordenadora do Programa Ações Afirmativas na UFMG, vice-coordenadora do Programa Observatório da Juventude, da FaE/UFMG, e pesquisadora do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos – Pesquisa e Formação (NEJA).

principalmente, aquelas que incidem sobre o segmento negro da população. Essa tem sido uma bandeira de luta do movimento negro brasileiro que, paulatinamente, começa a encontrar adeptos dentro de alguns órgãos oficiais, do Estado, das universidades, entre juristas e profissionais da educação.

Essa leitura crítica de como a discriminação baseada nos critérios de raça/cor interfere e interpõe diferentes trajetórias profissionais, escolares e de vida para negros e brancos tem levado aqueles que lutam pela igualdade social e racial a demandarem do Estado, em específico, e da sociedade, de um modo geral, uma tomada de posição diante dessa situação. Não basta mais apenas reconhecer a existência do racismo, do mito da democracia racial, da ideologia do branqueamento, da discriminação e do preconceito racial. Algo precisa ser feito, e rápido. O povo negro não pode esperar mais 113 anos para ver o racismo abolido, de fato, no Brasil.

A sociedade brasileira orgulha-se de, lentamente, ir se aproximando dos ideais tão sonhados de democracia, mesmo que estes estejam sendo construídos dentro dos limites de uma sociedade pressionada pelo neoliberalismo, pelo mercado e pela globalização da miséria. Porém, o avanço da democracia não acontecerá sem que nos posicionemos contra a discriminação racial. Uma sociedade que se quer democrática não pode compactuar com o racismo e com a desigualdade racial.

A luta contra a desigualdade racial não deve se restringir ao movimento negro; antes, deve ser uma tarefa da sociedade como um todo. A superação do racismo e da desigualdade trará resultados positivos para todos os brasileiros, de qualquer grupo étnico/racial, e não somente para a comunidade negra. O racismo é um mal que aprisiona a vítima e o opressor. A única saída contra o racismo é reverter, na prática, a situação de discriminação que os segmentos discriminados sofrem, mudando-os de posição, possibilitando-lhes a ascensão social, construindo oportunidades iguais para todos, de forma que negros e brancos possam conviver com dignidade em diferentes setores e instituições da sociedade e participem verdadeiramente de um processo democrático.

Mas será que o contexto das políticas sociais brasileiras tem apresentado aos negros exemplos de estratégias de reversão das desigualdades raciais e de luta contra o racismo? Infelizmente, esse tipo de iniciativa ainda é muito incipiente no campo das políticas públicas do nosso país. O olhar daqueles que se debruçam sobre tais políticas,

quer seja para formulá-las ou estudá-las, ainda é míope em relação à diversidade étnico/racial e às desigualdades raciais. Os formuladores e estudiosos das políticas sociais ainda não compreenderam a seriedade da situação de desigualdade racial que assola uma grande parte da nossa população. A desigualdade racial ainda não é vista, no Brasil, como um agravamento das desigualdades sociais, e nem a sua especificidade dentro da nossa construção histórica e social é considerada como um ponto relevante quando discutimos estratégias e políticas de combate às desigualdades, à fome e à miséria. Há que se fazer uma séria revisão histórica da situação do negro pós-abolição e de como o capitalismo, o neoliberalismo, a globalização e a exclusão social agravam ainda mais as condições de vida da população negra brasileira. É preciso colocar outras lentes para enxergar a realidade do povo negro e pobre desse país. Esse alerta tem sido uma tarefa histórica do movimento negro brasileiro.

É nesse contexto que assistimos ações nacionais e internacionais no sentido de construir políticas específicas voltadas para o povo negro. O início do terceiro milênio está marcado pelas vozes dos ditos diferentes e excluídos. A comunidade negra organizada tem se articulado de maneira inovadora e diversa, exigindo mudanças urgentes. Estas começam a acontecer e, aos poucos, a sociedade, a mídia, o Estado e a escola começam a ter que lidar, de uma maneira diferente, com a questão racial e com as desigualdades impostas, historicamente, ao povo negro. E mais: começam a se sentir incomodados e impelidos a fazer alguma coisa.

A realização da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), no período de 31 de agosto a 07 de setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul, a elaboração do Estatuto da Igualdade Racial, em discussão no Congresso Nacional, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a implementação da lei 10.639³ são exemplos de que algo está acontecendo em nosso país.

É fato que tal movimento, sozinho, não garante uma mudança. Mas ao olharmos essas iniciativas, é importante destacar que elas já fazem parte de um processo de

³ A Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, altera a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Essa nova lei, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 09 de janeiro de 2003, torna obrigatório, no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares, o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira.

transformação e intervenção na realidade étnico/racial do Brasil, mesmo que ainda não gozem da adesão de um grande contingente da população, dos educadores, dos formuladores de políticas e do Estado.

É nesse contexto que a demanda do movimento negro por políticas de ações afirmativas começa a ocupar espaço na mídia e na arena política, e a desencadear práticas alternativas, sobretudo, na educação básica e superior.

É fato que tais políticas já foram implementadas, desde a década de 1960, na realidade norte-americana, porém, o movimento negro brasileiro, ao reivindicá-las, as contextualizam à luz da realidade brasileira. No Brasil, as ações afirmativas convivem com o combate à persistência de um racismo ambíguo e com a crença no mito da democracia racial. Esses dois aspectos já atestam a diferença histórica, política e cultural entre o contexto brasileiro e o norte-americano. As políticas de ação afirmativa voltadas para o segmento negro brasileiro devem ser vistas como parte de um movimento de resistência dos negros da diáspora, dentro dos mais diversos contextos.

As ações afirmativas podem ser entendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, que têm como objetivo corrigir as desigualdades impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico/raciais com um histórico comprovado de discriminação e exclusão. Elas possuem um caráter emergencial e transitório. Sua continuidade dependerá sempre de avaliação constante e da comprovada mudança do quadro de discriminação que as originou.

As ações afirmativas podem ser estabelecidas na educação, na saúde, no mercado de trabalho, nos cargos políticos, entre outros, enfim, nos setores onde a discriminação a ser superada se faz mais evidente e onde é constatado um quadro de desigualdade e de exclusão. A sua implementação carrega uma intenção explícita de mudança nas relações sociais, nos lugares ocupados pelos sujeitos que vivem processos de discriminação no interior da sociedade, na educação e na formação de quadros intelectuais e políticos. As ações afirmativas implicam, também, uma mudança de postura, de concepção e de estratégia. Trata-se de uma transformação de caráter político, cultural e pedagógico. Ao implementá-las, o Estado, o campo da educação e os formuladores de políticas públicas saem do lugar de suposta neutralidade na aplicação das políticas sociais e passam a considerar a importância de fatores como sexo, raça e

cor nos critérios de seleção existentes na sociedade. Nesse sentido, as políticas de ação afirmativa têm como perspectiva a relação entre passado, presente e futuro, pois visam a corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por fim a concretização do ideal de efetiva igualdade e a construção de uma sociedade mais democrática para as gerações futuras. Por isso, está no horizonte de qualquer ação afirmativa a remoção de barreiras interpostas aos grupos discriminados, sejam elas explícitas ou camufladas, e a prevenção da ocorrência da discriminação.

Programa Ações Afirmativas na UFMG: um breve histórico

A implementação das ações afirmativas é o que orienta a realização do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, desenvolvido por um grupo de professores da Universidade Federal de Minas Gerais, a saber, *Ações Afirmativas na UFMG*. Trata-se de um programa destinado a jovens negros/as, principalmente, os de baixa-renda, oriundos de diferentes cursos de graduação da UFMG. O seu objetivo maior é garantir a permanência bem sucedida de alunos negros na graduação, com vistas à pós-graduação.⁴

Esse Programa iniciou suas atividades em agosto de 2002 e conta com a participação de onze professores das seguintes faculdades: Faculdade Educação, Escola da Ciência da Informação e Escola de Ensino Fundamental do Centro Pedagógico da UFMG.⁵ Também colaboram com essa proposta uma funcionária e três monitores do Instituto de Ciências Exatas. Os parceiros dessa experiência são: a Pró-reitoria de Extensão, a Pró-reitoria de Graduação, a Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), o Centro Cultural da UFMG, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e o Grupo de Educadoras(es) Negras(os) da Fundação Centro de Referência da Cultura Negra de Belo Horizonte.

⁴ O *Programa Ações Afirmativas na UFMG* é um dos 27 aprovados no “Concurso Cor no Ensino Superior”, lançado em setembro de 2001, pelo Programa Políticas da Cor, do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, numa parceria com a Fundação Ford.

⁵ Professores integrantes do projeto: Profa Nilma Lino Gomes (coordenadora – FaE/UFMG), Profa Ana Maria Rabelo Gomes (FaE/UFMG), Profa Antônia Vitória Soares Aranha (FaE/UFMG), Profa Aracy Alves Martins (FaE/UFMG), Profa Elânia de Oliveira (Centro Pedagógico/UFMG), Profa Inês Assunção de Castro Teixeira (FaE/UFMG), Prof. Juarez Tarcísio Dayrell (FaE/UFMG), Prof. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (FaE/UFMG), Profa Maria Aparecida Moura (ECI/UFMG), Profa Maria Cristina Soares de Gouvêa (FaE/UFMG), Prof. Rildo Cosson (Câmara dos Deputados – CEFOR).

A meta principal do Programa é o trabalho com jovens negros/as que já venceram a barreira do vestibular e conseguiram entrar na universidade pública. Através de várias iniciativas, como cursos, oficinas, palestras, seminários e debates, pretende-se dar suporte acadêmico e técnico para que esses alunos permaneçam e sejam bem sucedidos na sua trajetória universitária. Para o jovem negro e pobre, o vestibular é a primeira etapa de uma trajetória universitária cheia de desafios. Permanecer com sucesso dentro de uma universidade pública, no Brasil, não é uma tarefa fácil.

Consideramos que as políticas de permanência desenvolvidas pelas universidades públicas, que visam a atender os alunos de camadas populares são importantes, mas não atingem todos os aspectos concernentes à inserção universitária dos jovens pobres, sobretudo, se esses jovens são também negros. Para estes, não basta apenas ter uma bolsa de trabalho ou receber uma ajuda socioeconômica. É preciso criar oportunidades iguais para que alunos e alunas negros, principalmente os pobres, tenham oportunidades de acesso às bolsas acadêmicas, de extensão, monitorias, cursos de línguas e participação em projetos de pesquisa idênticas às dos alunos de outros grupos étnico/raciais e de outras camadas socioeconômicas. É necessário estabelecer igualdade de oportunidades em relação à entrada e permanência dos alunos negros e brancos, nos diferentes cursos universitários, criando possibilidades reais para que os alunos/as negros e pobres possam estudar nos cursos de horário integral e tenham condições de pleitear uma vaga na pós-graduação.⁶

Juventude, diversidade e ação afirmativa

O *Programa Ações Afirmativas na UFMG* atende a uma parcela do segmento negro da população que tem como característica principal a vivência de um determinado tempo/ciclo da vida: a juventude. Nesse sentido, as ações e propostas desenvolvidas estão articuladas com as expectativas, desejos, sonhos e desafios presentes nesse importante momento da temporalidade humana. Para tal, é preciso ter clara a concepção de juventude com a qual trabalhamos.

⁶ Equipe de bolsistas (Sócio-educacionais): Solange Maria da Silva (FaE/UFMG), Shirley P. Raimundo (FaE/UFMG), Viviane Angélica Silva (FAFICH/UFMG). Monitores do Projeto de Extensão Identidades e Corporeidades Negras: Cynthia A. Santos (FaE/UFMG), Natalino N. da Silva (FaE/UFMG), Shirley de J. Ferreira (ECI/UFMG). Bolsistas do Programa de Aprimoramento Discente (PAD): Diogo J. da S. Oliveira (IGC/UFMG), Elenice Brito (ECI/UFMG), Josemeire A. Pereira (FAFICH/UFMG), Tiago G. Morais (EBA/UFMG). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC): Fernanda S. de Oliveira (FaE/UFMG).

A juventude, como nos diz Juarez DAYRELL (2002), não se reduz a um momento de transição, a um tempo de prazer e de expressão de comportamentos exóticos e nem tampouco se restringe a uma fase de crise dominada por conflitos com a auto-estima e/ou personalidade. O autor nos diz que, embora não seja fácil construir uma definição da juventude, como categoria, uma vez que os critérios que a constituem são históricos e culturais, podemos entendê-la, ao mesmo tempo, como uma condição social e um tipo de representação. Essa compreensão poderá alargar a nossa visão sobre esse importante tempo/ciclo da vida, no que ele apresenta de universal – do ponto de vista do desenvolvimento físico e de mudanças psicológicas – e também de particular – nas suas variações e diversidade de condição social, sexual, de gênero, de raça, de valores, de localização geográfica, entre outros.

Ao tentarmos compreender a juventude para além dos modelos pré-determinados e das imagens estereotipadas, deparamo-nos com vários desafios: como entender a diversidade de modos de ser jovem? Como tornar a universidade um espaço de conhecimento e de socialização que se aproxime cada vez mais do mundo juvenil? Como explorar as potencialidades dos/as jovens universitários/as entendendo-os/as como sujeitos socioculturais?

Esses desafios e questionamentos nos mostram que, como professores/as universitários/as, precisamos incorporar mais uma competência na nossa formação e na nossa prática: a sensibilidade para com os sujeitos nos seus diferentes tempos/ciclos da vida. Essa nova competência poderá orientar a construção de estratégias pedagógicas que contemplem, ao mesmo tempo, os aspectos comuns e as particularidades das vivências dos sujeitos que participam da vida acadêmica.

Contudo, a implementação e o acompanhamento de projetos e programas voltados para a juventude revelam que, para que estes sejam bem sucedidos, não basta apenas a incorporação da discussão conceitual sobre essa categoria de idade. Faz-se necessário compreender a juventude na sua articulação com a diversidade cultural e étnico/racial.

Ao articularmos juventude, diversidade cultural e étnico/racial, percebemos que existem diferentes modos de “ser jovem” e diversas interpretações sobre a juventude, sobre seus dilemas e desafios. A forma como os jovens são tratados e vistos pela família, pelo poder público, pela universidade e pela sociedade está relacionada com a

construção histórica e cultural desse tempo/ciclo da vida e as possibilidades de expressão juvenil estão relacionadas com a forma como se estabelecem as relações de poder. É nesse aspecto que a organização juvenil torna-se imprescindível.

E é dentro do contexto da diversidade presente no mundo juvenil que emerge a demanda de políticas públicas voltadas para o acesso e a permanência da juventude negra no ensino superior. Se entendemos a juventude como um tempo/ciclo que possui um sentido em si mesma, não podemos considerar os jovens como um bloco homogêneo. Eles se diferem em condição socioeconômica, gênero, raça/etnia, expectativas e desejos. Nesse sentido, podemos dizer que estamos diante de *juventudes*, no plural, e não de uma única forma de viver e ser jovem.

No contexto da desigualdade racial brasileira, as trajetórias de jovens negros/as e brancos/as, mesmo quando pertencem ao mesmo grupo socioeconômico, desenvolvem-se de forma diferenciada. O componente étnico/racial é um fator que interfere na construção e nas possibilidades de “ser jovem” em nosso país. Por isso, faz-se necessária a adoção de políticas de ações afirmativas voltadas para a juventude negra.

As desigualdades raciais na educação e o Programa Ações Afirmativas na UFMG

A proposta do *Programa Ações Afirmativas na UFMG* surge dentro de um contexto e de uma reflexão específicos: a constatação da existência e da permanência das desigualdades raciais na educação brasileira, desde a educação básica até a educação superior.

Vários estudos e pesquisas têm contribuído para desvelar uma tendência muito presente nas análises educacionais, que privilegia as questões de classe social em detrimento das raciais e de gênero. Tais estudos também evidenciam a forma como tem se dado a realização educacional dos diferentes grupos raciais em nosso país, focalizando questões como taxa de alfabetização, número médio de anos de estudo, total de séries concluídas e índices que lhes são correlacionados, tais como: progressão no sistema escolar, repetência e evasão.

Uma pesquisa realizada por Fúlvia ROSEMBERG e Regina Pahim PINTO (1988) nos mostra que, no sistema escolar brasileiro, os “pretos” e os “pardos” estão expostos a desvantagens vinculadas especificamente à sua adscrição racial.

Fúlvia ROSEMBERG (1987), ao discutir a relação entre instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero, faz uma análise sobre os dados referentes ao nível de instrução e os benefícios por ele proporcionados aos segmentos da população paulista, diferenciados segundo raça e sexo. Os dados da pesquisa revelam que, se as populações masculinas e femininas vêm usufruindo oportunidades educacionais semelhantes, o mesmo não acontece entre os segmentos raciais, pois a população negra apresenta níveis de instrução muito inferiores aos da branca.

Os resultados dessa pesquisa nos levam a repensar a forma como tem sido realizada a educação de negros e brancos, no Brasil, quais são os condicionantes sociais e raciais que interferem na trajetória escolar desses sujeitos e, ainda, como se dá o processo de construção da sua identidade racial. Entre as conclusões apontadas pela autora, destacamos os seguintes pontos: a taxa de escolarização de negros é inferior à dos brancos, os brancos apresentam uma porcentagem maior de crianças sem atraso escolar e existe uma maior proporção de alunos negros que freqüentam escolas que oferecem cursos com menor número de horas/aula.

Luiz Cláudio BARCELOS (1992) também discute o fato de as desigualdades não serem a dimensão mais enfocada na literatura sobre relações raciais no Brasil. Ele afirma que o tema *educação*, nos seus mais variados aspectos, tem merecido a atenção de poucos estudos, e estes, em geral, a reafirmam apenas como mais uma esfera onde as desigualdades raciais são sistemáticas.

É ainda Luiz Cláudio BARCELOS (1992) que, ao traçar um diagnóstico sobre o quadro de desigualdades raciais na educação, utilizando os dados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio) de 1987 e 1988, nos mostra a existência de um quadro alarmante, cujos dados revelam, de forma contundente, a intensidade da crise da educação; uma crise que, segundo o autor, “é grave e tem cor!”

Os negros aparecem como os menos alfabetizados e mostram-se retidos em patamares educacionais mais baixos, sendo insignificante o número de negros que conseguem chegar à universidade. É um número tão inexpressivo que sequer chega a ser registrado nos gráficos. Segundo o autor, apenas 0,5% de “pretos”, de 20 a 24 anos, e 0,4%, entre 25 e 29 anos, têm curso superior completo. Para os “pardos”, esses números chegam apenas a 1% e 2%, respectivamente. Sendo assim: “Um negro com curso

superior completo é um ‘sobrevivente’ do sistema educacional e, ademais, enfrentará sistemática discriminação no mercado de trabalho” (BARCELOS, 1992, p.55).

Mais recentemente, a pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), sobre “*desigualdade racial no Brasil; evolução das condições de vida na década de 90*”, vem confirmar a continuidade da desigualdade racial entre negros e brancos na educação. Ao analisar o quadro de desigualdade racial no Brasil e sua evolução na década de 1990, a pesquisa mostra que, em termos do projeto de sociedade que o país está construindo, o mais inquietante é a evolução histórica e a tendência de longo prazo da discriminação racial.

Segundo o IPEA, a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos de estudo. A intensidade dessa discriminação racial, expressa em termos de escolaridade formal dos jovens adultos brasileiros, é extremamente alta, sobretudo se lembramos que se trata de 2,3 anos de diferença em uma sociedade cuja escolaridade média dos adultos gira em torno de 6 anos.

Apesar de reconhecer que a escolaridade média dos brancos e dos negros apresentou aumento contínuo, ao longo do século XX, os dados de tal pesquisa não deixam de ser alarmantes, quando se comparam as condições e a trajetória escolar de negros e brancos. Um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e esse grau de discriminação racial é o mesmo vivido pelos pais desses jovens e o mesmo observado em seus avós. Nesse sentido, apesar de a escolaridade média de ambas as raças ter crescido ao longo do século, o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial de anos de escolaridade entre brancos e negros mantém-se absolutamente estável entre as gerações. O padrão de discriminação racial observado em nossa sociedade padece de uma inércia histórica. Não há como negar a urgência de uma mudança nesse quadro!

As maiores diferenças absolutas em favor dos brancos encontram-se nos segmentos mais avançados do ensino formal. Por exemplo, entre os jovens brancos, de 18 a 23 anos, 63% não completaram o ensino secundário. Embora esse número, em si, seja bastante elevado, ele não se compara aos 84% de jovens negros, da mesma idade, que ainda não concluíram o mesmo nível de ensino.

A realidade do ensino superior, apesar da pequena diferença absoluta entre as raças, é desoladora. Em 1999, 89% dos jovens brancos, entre 18 e 25, anos não haviam ingressado na universidade. Os jovens negros nessa mesma faixa de idade, por sua vez, praticamente não dispõem do direito ao acesso ao ensino superior, na medida em que 98% deles não ingressaram na universidade.

Os dados apresentados pela pesquisa do IPEA revelam que, ao olharmos a atual situação educacional dos negros brasileiros, sobretudo no ensino superior, encontramos dois eixos sobre os quais ela foi estruturada: exclusão e abandono. Tanto um quanto o outro tem origem longínqua em nossa história (GONÇALVES e GONÇALVES E SILVA, 2000). Tais dados mostram, também, que as políticas educacionais de caráter universal implementadas ao longo dos últimos anos não têm conseguido alterar a desigualdade racial na educação brasileira. As trajetórias escolares de jovens negros e brancos continuam pautadas em uma desigualdade secular a ser superada.

É a mudança dessa situação que tem estimulado o movimento negro, os intelectuais e vários profissionais da educação no sentido de demandarem do Estado, da universidade e do mercado de trabalho o desenvolvimento de ações voltadas para a garantia dos direitos historicamente negados ao povo negro. O direito à educação, tão caro aos movimentos sociais e à trajetória do povo negro no Brasil, destaca-se como uma das principais reivindicações nessa luta. A constatação de que só uma parcela de 2% dos negros chega aos cursos superiores tem apontado para a necessidade de ações diretamente voltadas para esse nível de ensino, no sentido de reverter, de maneira positiva, não só a situação de entrada do/a jovem negro/a, mas, também, a sua permanência na universidade.

A comprovação dessa dinâmica de exclusões que opera mediante mecanismos de discriminação racial e a inspiração nas experiências existentes de correção das desigualdades, via políticas públicas, como no caso dos Estados Unidos, têm levado o movimento negro e demais interessados na temática racial a pleitear uma postura semelhante do Estado brasileiro. É nesse contexto que surgem as discussões em torno das políticas de ações afirmativas, no Brasil.

Podemos dizer que o debate sobre políticas de ações afirmativas começa a ganhar a atenção nacional, sobretudo, nos anos de 1990, com seus traços multiculturais e interculturais. Como afirmam Luiz A. O. GONÇALVES e Petronilha B. Gonçalves e

SILVA (2000): “fizeram-nos pensar em um problema que poucos acreditavam que um dia pudéssemos discutir. Parecia coisa de estadunidenses. Mas não é. Afinal de contas, como aumentar o índice de estudantes negros na universidade?” (p.156).

Numa sociedade que finge ser uma democracia racial, tal questionamento e as iniciativas que dele poderão advir têm sofrido algumas distorções, como, por exemplo, a interpretação de que as ações afirmativas se reduzem às cotas para negros na universidade. O esclarecimento dessa distorção tem sido uma das tarefas dos vários projetos de ações afirmativas hoje existentes em nosso país.

Apesar de o Brasil ser o maior país em população negra, fora da África, ainda podemos sentir as conseqüências dos séculos de escravidão. A difícil situação econômica, social, política e educacional dos negros e mestiços, descendentes de africanos, tem sido denunciada pelo movimento negro, por intelectuais, políticos, organizações da sociedade civil e de profissionais comprometidos com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

Imbuído desse mesmo compromisso é que surge o *Programa Ações Afirmativas na UFMG*. Entendemos que essa proposta pode vir a construir uma nova postura da universidade diante da desigualdade racial imputada aos alunos e alunas negros. Postura essa que questiona a posição de neutralidade e de mera espectadora, adotada pela universidade brasileira diante dos conflitos e das desigualdades raciais, e que cobra dessa instituição uma atuação eficaz na busca da concretização da igualdade de condições e de oportunidades para os negros e negras na educação superior.

Sabe-se que as iniciativas e projetos de ações afirmativas, na universidade brasileira, não estão isentos de desconfiança e discordâncias. Contudo não há como dissipá-las, senão colocando em prática experiências e projetos de ações afirmativas, passíveis de acompanhamento, avaliação e pesquisa, além da divulgação dos resultados para a comunidade universitária e para a sociedade.

Pretende-se, com a implementação do *Programa Ações Afirmativas na UFMG*, construir um percurso acadêmico, com condições positivas para alunas e alunos negros da graduação, que poderá se configurar em um passo importante no processo de reversão de desigualdades raciais no ensino superior. O desenvolvimento desse Programa tem contribuído para sanar uma lacuna na UFMG, a saber, a inexistência do

debate e de ações em prol da correção de desigualdades raciais atestada pelas pesquisas educacionais e pelos últimos dados do IPEA.

Quem pode participar do Programa?

O *Programa Ações Afirmativas na UFMG* estrutura-se em duas linhas de ação. A primeira envolve atividades para apoiar os estudantes beneficiários do Programa, tanto do ponto de vista acadêmico quanto material. Pretende-se, também, apoiá-los para a futura entrada na pós-graduação. A segunda volta-se para o desenvolvimento da identidade étnico/racial desses alunos e alunas, a partir de debates, no interior da Universidade, acerca da questão racial, na sociedade brasileira, e do envolvimento dos beneficiários em atividades que visem a estimular e até mesmo a preparar outros/as afro-brasileiros/as pobres para o ingresso no ensino superior.

A seleção dos alunos e alunas integrantes do Programa é feita pela coordenação, junto com dois professores/as da equipe. Os alunos inscrevem-se para os cursos e oficinas e são submetidos a uma entrevista, durante a qual preenchem um relatório socioeconômico, recebem informações e busca-se verificar se o perfil do inscrito encaixa-se no Programa. Alguns requisitos serão considerados prioritários na seleção dos alunos e das alunas:

- ser negro/a e identificar-se como tal mediante ficha de inscrição e entrevista;
- estar regularmente matriculado na Universidade, seja em curso diurno ou noturno;
- apresentar condições para envolver-se nas ações previstas pelo Programa.

Atividades realizadas até setembro de 2004

Algumas atividades já foram realizadas no interior da Universidade, a saber:

- “Seminário Nacional Ações Afirmativas na UFMG”, no dia 20 de agosto de 2002;
- realização do primeiro encontro entre os alunos atendidos pelo Programa e a equipe do mesmo, no dia 08/03/2003;
- inserção do quesito cor nos formulários socioeconômicos da FUMP;
- formação de 3 turmas do curso de leitura e produção de textos e de 2 turmas do curso de informática;
- realização de oficina sobre identidades negras;

- formação de 2 turmas do curso de metodologia e elaboração de projetos de pesquisa;
- formação de 2 turmas do curso de competência informacional;
- formação de 1 turma do curso relações raciais na sociedade brasileira;
- realização do Projeto de Extensão “Identidades e Corporeidades Negras – Oficinas Culturais”, com um grupo de 25 educadoras da Rede Municipal e Estadual de Ensino de Belo Horizonte;
- realização do Projeto de Pesquisa “Formando Professoras da Educação Básica para a Diversidade”, com apoio do CNPQ;
- Realização do Programa de Aprimoramento Discente “O contato com a alteridade: as teorias raciais na sociedade brasileira”, com apoio da Pró-reitoria de Graduação, com a concessão de 4 bolsas;
- destinação de 3 bolsas socioeducacionais, numa parceria entre a FUMP e o *Programa Ações Afirmativas*, envolvendo alunos negros atendidos pelo Programa;
- destinação de 2 bolsas de extensão;
- inserção de alunas e alunos negros atendidos pelo Programa em outros projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos por professores/as da UFMG;
- participação no “Seminário sobre Democratização do Acesso na Universidade”, promovido pela reitoria da UFMG, em maio de 2003, para discussão sobre as cotas étnicas;
- realização do ciclo de debates “Polêmica da Raça: o olhar da sociologia e da biologia”, no dia 04 de junho de 2003, no auditório da FaE/UFMG;
- Participação e promoção de conferências no “2º Festival Internacional de Arte Negra – FAN”, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte;
- 3º Ciclo de Debates com o professor, advogado e presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB-SP, Hédio Silva Júnior. Tema: *Direito à Educação e Ações Afirmativas*, no mês de abril de 2004;

- aula inaugural do Programa de Aprimoramento Discente (PAD), com a palestra *Teorias Raciais como Teorias das Diferenças*, proferida pela professora e antropóloga da USP, Lilia K. Moritz Schwarcz, em maio de 2004;
- palestra *Desigualdades raciais e políticas públicas*, ministrada pela socióloga e professora da Universidade Católica da Bahia, Profa Ms. Luiza Bairros, no dia 24 de junho de 2004;
- aprovações no mestrado, em 2003: Programa de pós-graduação em Sociologia da UFMG: Aluno: Rodrigo Ednilson de Jesus; e Programa de pós-graduação em Educação da USP: Aluna: Andréia Martins. Área: História da Educação;
- produção de vídeo institucional: *Ações Afirmativas*: entre o projeto e o gesto, coordenado pela Profa Dra. Maria Aparecida Moura – ECI/UFMG.

Dimensões formadoras destacadas no Programa

A dinâmica que o *Programa Ações Afirmativas na UFMG* foi adquirindo nos leva a destacar algumas dimensões formadoras ligadas ao trabalho de ensino e extensão que o mesmo possibilita, o qual também abre perspectivas para a pesquisa que pretendemos iniciar em 2004:

- participação dos alunos bolsistas e voluntários na gestão dos eventos realizados e no cotidiano do Programa;
- produção coletiva: elaboração de textos para apresentação em encontros e seminários; atuação junto à comunidade externa a Universidade mediante orientação e acompanhamento dos professores/as do Programa;
- convívio e troca de experiências entre alunos negros e brancos de diferentes áreas do conhecimento, constituindo-se em uma experiência interunidades, interdepartamental e interdisciplinar;
- afirmação da identidade negra. De um modo geral, os/as alunos/as negros/as que têm participado do Programa mostram-se mais confiantes no seu potencial, descobrem a riqueza da cultura negra e compreendem melhor a complexidade que permeia o debate sobre relações raciais no Brasil;
- a exigência de um trato transdisciplinar para análise e compreensão do processo de construção da identidade negra. O Programa tem revelado que a construção da identidade negra extrapola o recorte acadêmico-científico.

Trata-se de um componente da nossa formação humana, do nosso processo histórico, social, cultural e político;

- amadurecimento pessoal e político dos/as alunos/as devido ao contato com a militância negra e com professores da rede pública. O Programa tem possibilitado o encontro entre diferentes gerações, com vivências, olhares e perspectivas políticas diferentes.
- contato com a discussão sobre a cultura negra, resultando no amadurecimento intelectual e político não só dos alunos/as como também da equipe de professores/as envolvida no Programa.

Finalizando...

O Programa descrito neste artigo ainda está em andamento, o que não nos possibilita uma análise exaustiva do mesmo. Porém, alguns pontos já podem ser destacados.

É notório que o *Programa Ações Afirmativas na UFMG* tem possibilitado mudanças no interior da Universidade e na vida de seus jovens integrantes. Podemos dizer que, pela primeira vez, a UFMG iniciou o debate sobre ações afirmativas e cotas para a população negra. Mesmo com muitas resistências e discordâncias, a comunidade universitária começou a discutir esse tema que, hoje, está presente na mídia e no cenário político nacional.

Em relação aos jovens integrantes do Programa, é visível o impacto positivo que a participação no *Ações Afirmativas* trouxe para os mesmos. Observamos, entre os jovens, o desenvolvimento de uma maior autoconfiança nas suas potencialidades, maior interesse pelos estudos, domínio de instrumentais acadêmicos necessários para uma formação universitária de qualidade, desenvolvimento de solidariedade e laços de amizade, maior conhecimento sobre a realidade do jovem negro que estuda na UFMG e fortalecimento da identidade negra.

Notamos, também, mudanças na vida dos professores e das professoras integrantes do mesmo. Estes passaram a compreender mais a seriedade das desigualdades raciais na educação superior brasileira. Desde o surgimento do Programa, é possível notar, no interior da Faculdade de Educação, local onde ele está sediado, uma maior presença e circulação de alunos e alunas negros, na condição de bolsistas e monitores. Alguns alunos/as fazem parte do *Ações Afirmativas* e outros passaram a ser

selecionados por professores/as da instituição que não fazem parte do Programa. Refletimos, então, o *Ações Afirmativas* vem conseguindo sensibilizar um outro grupo de professores/as em relação à situação de alunos/as negros, na UFMG. Ao tomarem consciência da crueldade das desigualdades raciais, alguns docentes começam, mesmo que timidamente, a adotar a ação afirmativa como uma estratégia política e como um dos critérios para a seleção de alunos da graduação como bolsistas e monitores/as.

O Programa também tem conseguido articular docentes e alunos/as de várias unidades e de áreas diferentes em torno da questão racial. Essa articulação estendeu-se até a Fundação Universitária Mendes Pimentel, responsável pelo suporte econômico e material dos estudantes de baixa-renda da UFMG. Iniciamos uma parceria com essa fundação, por meio da cessão de 3 bolsas socioeducacionais e da inclusão do quesito cor nos formulários preenchidos pelos alunos que pleiteiam assistência da entidade. Essa iniciativa será de grande ajuda na realização de futuras pesquisas, articulando raça/cor, classe social e gênero no interior da Universidade.

Por tudo isso, podemos dizer que o *Programa Ações Afirmativas na UFMG* faz parte de um movimento maior e de um longo caminho a percorrer em relação à implementação das ações afirmativas. Podemos assegurar que, aos poucos, começa a se tornar realidade a implementação de políticas e práticas voltadas para a correção das desigualdades que incidem sobre o segmento negro do nosso país. Além disso, podemos afirmar que, hoje, mesmo com todas as dificuldades e desafios, existe, no interior da Universidade Federal de Minas Gerais, um pólo de resistência negra disposto a acolher os alunos e alunas negras que conseguem vencer a barreira do vestibular, orientando-lhes, construindo-lhes um espaço acadêmico em que a questão racial é vista e tematizada de forma positiva. É nesse sentido que podemos dizer que essa experiência pode ser considerada como integrante do movimento de resistência negra na diáspora africana.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, n5/6, 1997.
- BARCELOS, Luiz Cláudio. Educação, um quadro de desigualdades raciais. *Cadernos Cândido Mendes/Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.23, p.37-70, dez.1992.
- BARCELOS, Luiz Cláudio. Educação e desigualdades raciais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.86, p.15-24, ago.1993.

- DAYRELL, Juarez. Juventude, grupos de estilo e identidade. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.
- DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o funk e o rap na socialização da juventude em Belo Horizonte*. São Paulo: Faculdade de Educação, 2001. (Tese, Doutorado)
- DAYRELL, Juarez. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília. *Estado do conhecimento: juventude*. Brasília: INEP, 2002.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.
- GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, p.83-96.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural e juventude. In: ANDRADE, Márcia Selpa de; DIAS, Julice; ANDRADE, Sônia Regina de. *Anais do III Congresso Nacional de Reorientação Curricular*. Blumenau: Edifurb, 2002
- GOMES, Nilma Lino. Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2003, p.217-243.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, set/out/nov/dez/, 2000. n.15, p. 134-158.
- HASENBALG, Carlos A. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: SILVA, Nelson do Valle e HASENBALG, Carlos. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., IUPERJ, 1992.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, n. 5/6, 1997.
- PROGRAMA *Ações Afirmativas na UFMG*. Belo Horizonte:UFMG, 2001 (mimeogr.)
- PROJETO de pesquisa *Juventude, práticas culturais e identidade negra*, UFMG, 2002 (mimeogr.)
- ROSEMBERG, Fúlvia. Instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.68, n.159, p.279-288, mai./ago.1987.
- ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina Pahim. Trajetórias escolares de estudantes brancos e negros. In: MELO, Regina Lúcia Couto de; COELHO, Rita de Cássia Freitas. *Educação e discriminação dos negros*. Belo Horizonte: IRHJP, 1988.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate do racismo institucional no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, n.117, nov., 2002a, p.219-246.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Sons negros com ruídos brancos. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2002b, p.89-103.

SPÓSITO, Marília. A sociabilidade juvenil e a rua; novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v.5, n.1 e 2, p.161-178, 1993.

SPÓSITO, Marília. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação: ANPED*, n.13, 2000.

SPÓSITO, Marília (Org.). *Juventude e escolarização – Estado do Conhecimento (1984-1998)*. Brasília, DF: INEP, 2002.